

TRABALHO E ALIENAÇÃO/ESTRANHAMENTO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.

Alcides Pontes Remijo¹

Daniella Miranda²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apontar algumas conclusões sobre a categoria trabalho e alienação. Após as décadas de 1980 e 1990 ideólogos de vários campos da produção do conhecimento seja da sociologia, economia, antropologia entre outros; afirmaram que a sociedade do trabalho estava se extinguindo. Que o trabalho não seria mais importante para o Ser Social ou para a criação do valor, no capitalismo. Fato que não se comprova nem no período que tais pensadores escreveram bem como em pleno século XXI. Neste pretendemos expor a categoria trabalho em sua forma originária e cotejar com o atual momento histórico do trabalho estranhado alienado. Pretende-se apontar por fim a emancipação humana como fim do processo de supressão do trabalho alienado/estranhado.

Palavras chave: trabalho, alienação, capitalismo.

Abstract

This study aims to point out some conclusions about the work category and alienation. After the 1980s and 1990s ideologues of various fields of knowledge production is of sociology, economics, anthropology, and other; said the company's work was becoming extinct. That the work would be more important for the Social Ser or for the creation of value in capitalism. Fact that there is no evidence nor in the period that such thinkers as well as written in the XXI century. In this is work I present the category in its original form and collate with the current historiography now estranged alienated labor. It is intended to eventually point to human emancipation and the end of the abolition of alienated labor / estranged process.

Keywords: work, alienation, capitalism.

¹ Mestre em Serviço Social pela UFSC e graduado em Serviço Social pela Unesp-Franca, atualmente trabalha na prefeitura municipal de Sorocaba-SP.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás- UFG graduada em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás -PUC GO.

O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo potencializado pela luta de classes antagônicas resulta no adoecimento de trabalhadores não somente com manifestação em seu físico, com mutilações, cortes, ou doenças como a LER E DORT, quando não há morte, mas também em sua mente. O final do século XX e início do século XXI possuem uma característica particular onde as doenças mentais ou disfunções no sistema nervoso atingem a *psiquê* da classe trabalhadora, sendo o *stress* o maior vilão deste processo. Isto não leva somente ao desenvolvimento de transtornos mentais, ao afastamento do trabalho e outros, mas têm levado a morte de muitos trabalhadores. Alguns dados apontam a contradição entre o trabalhador e sua saúde.

Cerca de seis mil pessoas morrem por dia em consequência de acidentes e doenças ligadas a atividades laborais. São 270 milhões de acidentes de trabalho não fatais e 160 milhões de casos novos de doenças profissionais por ano. E de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), esses dados divulgados por ocasião do Dia Mundial de Saúde e Segurança do Trabalho, celebrado na última segunda-feira (28³), não tendem a retroceder

Ao observar friamente esses dados podemos chegar à conclusão que o trabalho é nocivo ao homem. Buscamos compreender a relação do ser social com o trabalho, e como o labor se volta contra ele, sob forma de deformação, doença, quando não a anulação não somente da vida física desse ser. Para começar a debater o trabalho como forma originária, pressupõe-se que esse ser objetiva, se realiza no trabalho, e isso faz com que essa objetivação ganhe um tratamento especial nessa dissertação. Na análise que se segue, temos a intenção de concatenar essa categoria com o nosso problema central e responder o porquê do adoecimento ser que se objetiva no trabalho.

Para compreender o ser social em termos ontológicos, devemos começar pelo trabalho, mas isto não significa que ele seja a única chave heurística para desvelar o ser social, pois o próprio Lukács reconhecia que:

“é claro que não se deve esquecer que cada grau do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, constitui um complexo, isto é, que também suas categorias mais centrais e determinantes só podem ser concebidas no interior e a partir da estrutura global do nível que se trata” (LUKÁCS, 2001: 01).

Nesse sentido, podemos compreender que o trabalho é um complexo que liga a outros complexos, como a linguagem, a cooperação entre os seres sociais, ou seja, o trabalho é um complexo constituído de outros complexos, como teleologia e

³

O autor refere-se ao dia 28 de abril de 2008.

causalidade. Cabe pontuar que ao referirmo-nos ao trabalho falamos de trabalho humano⁴ consciente, como objetivação,⁵ como uma relação de unidade entre o ser social e a natureza.

Portanto, o trabalho como mediação necessária não surge como um presente de Prometeu aos homens. Trata-se de uma categoria ontológica que possibilitou a formação do ser social.

Ao buscar quando e como surge o trabalho é difícil precisar o tempo histórico correto, pois segundo Lukács, a categoria trabalho é um salto qualitativo do puramente ser biológico (animal), para outro tipo de ser — o *ser social*. Entretanto, cabe uma ressalva, já que o surgimento do ser social não suprime sua base material dela dependente e os seres de base biológica, assim como nenhum ser biológico pode suprimir sua base inorgânica como os ácidos que compõe o corpo humano.

Há um salto qualitativo com o aparecimento do trabalho, pois surge um novo ser que é dotado de novos complexos, os quais antes não existiam. Dentre eles, destacam-se: sociabilidade, linguagem, moral, divisão do trabalho etc. O pressuposto que corroboramos é que essa categoria ontológica⁶ do ser social e toda análise cuidadosa do Homem⁷ deve partir desse complexo. Nas palavras de Lukács (2001: 06).

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica [utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.] como orgânica, interrelação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

Nesse sentido, a partir desse ponto podemos determinar um novo ser que surge através do trabalho e que é qualitativamente novo, sendo que todas as características imanentes do ser social podem surgir do trabalho. Pontuar este fato é desmistificar alguns conceitos que são pontos de polêmica. Primeiro, o trabalho por ser a protoforma, originária ou genética, do processo da criação de um novo ser, não quer dizer que seja o único determinante da vida social, visto que outros complexos que surgem a partir do complexo do trabalho ganham certa autonomia e se tornam vitais para reprodução do ser social. A título de exemplo, pensemos que a supressão imediata da moral ou da

⁴ Voltaremos a este tema no decorrer da nossa análise.

⁵ Explanaremos com o devido cuidado essa categoria imanente ao ser social.

⁶ O trabalho é uma categoria imanente ao ser social, mas com isso não estamos dizendo que há uma ontologia do trabalho — o que é um equívoco categorial.

⁷ Aqui referimos Homem não no sentido do gênero masculino, mas como gênero humano que engloba tanto o gênero feminino quanto o masculino, além das suas manifestações de suas sexualidades.

linguagem no atual estágio das forças produtivas cessaria o intercâmbio das forças produtivas e tal retrocesso colocaria a humanidade em ponto de extinção. Em segundo lugar, operando com o sinal inverso, complexos como a linguagem têm potencialidade de ser o complexo fundante, como acreditava Habermas que a linguagem era a forma que o homem deixara de ser o macaco para tornar-se o *homo Sapiens Sapiens*⁸ (ANTUNES, 2006: 156).

Para adensar nos termos do complexo do trabalho, temos que expor a especificidade dessa objetivação no ser social, o que o difere radicalmente de todos os seres da face da terra. Segundo Marx (2008: 211-212):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a *natureza como uma de suas forças*. Põe em movimento e as forças naturais de seu corpo — braços e pernas, cabeça e mãos —, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva, animal, de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão⁹, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de opera e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isso tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 2008: 211-212).

O complexo do trabalho no momento desse salto se torna um modelo da *práxis* social, onde na sua estrutura interna a teleologia ganha contornos centrais para a reprodução em sociedade. A teleologia é o movimento no trabalho em que o homem

⁸ Tal sustentação seria improvável se Habermas ficasse o dia todo falando e ao final do mesmo dia tivesse que trabalhar para saciar sua fome ou morreria comunicando às pessoas acerca de sua carência de alimento.

⁹ Poderia adensar as listas que Marx apontou acima, animais como o João de Barro faz casa mas não é pedreiro, a aranha tece sua teia mas não é uma tecelã, e não teceu uma rede colorida; o castor constrói uma barragem, entretanto não faz hidroelétrica e tampouco e torna-se dono da Odebrecht.

projeta na mente antes de colocar no mundo. Portanto, a teleologia segundo Lukács (2001): “Por, nesse caso não significa simplesmente tomar consciência como ocorre em outras categorias – especialmente com a causalidade – ao contrário, aqui, com o ato de *Pôr*, a consciência dá início a um processo, real, exatamente ao processo teleológico”.

Aqui é importante demarcar uma questão de grande relevo: a teleologia para Marx é expressa necessariamente no trabalho. Assim, a formulação marxiana é radicalmente inovadora divergindo das formulações de Aristóteles e Hegel que cada um ao seu modo percebeu o caráter da teleologia como categoria que se expressa no ser social. A teleologia tem as “suas fases”, têm-se dois polos principais: o pensar (*noesis*) e o produzir (*poesis*) não são unidades em contradição, mas em uma determinação recíproca. Argutamente, Lukács inspirado em N. Hartman, percebe que é preciso uma mediação nesse processo entre o pensar e o produzir — a busca dos meios adequados para realizar determinado fim. Neste, a valorização (como julgamento) de dizer se a ferramenta é mais adequada a um fim pretendido ou não. Disto resultou o processo da escolha dos melhores meios de trabalho para determinado fim e surgiu a possibilidade da correção das causalidades postas (LUKÁCS, 2012).

A busca dos meios para realizar um determinado trabalho é um processo que pertence exclusivamente ao homem,¹⁰ o ser social busca intensivamente meios para produzir de maneira que seja cada vez menos dispendioso determinado trabalho. A partir desse complexo, chegamos aos meios de produzir que, segundo Hegel, torna-se muito mais precioso, ou mais importante, que o efeito realizado pelo trabalho, mas os meios de trabalho permanecem e podem ser reproduzidos novamente pelo homem. O relevo que ganha os meios de trabalhar, segundo Hegel (*apud* Lukács, 2001: 19), tem essas peculiaridades:

Uma vez que a pesquisa da natureza, indispensável ao trabalho, está, antes de mais nada, concentrada na preparação dos meios, são estes o principal instrumento de garantia social de que os resultados dos processos de trabalho permaneçam fixados, que haja uma continuidade na experiência de trabalho e especialmente que haja um desenvolvimento ulterior. É por isso que o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios (utensílios, etc.) é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade (finalidade). Hegel já tinha compreendido muito bem este nexos. Com efeito, a este propósito ele escreve na sua *Lógica*: “O meio é pois o

¹⁰ Esta mediação de buscar os meios mais apropriados para realizar um trabalho é um processo típico do homem, embora reconheçamos que animais utilizem alguns instrumentos para realizar algum fim, por exemplo, o macaco utiliza alguma pedra, osso ou madeira, para abrir um coco ou caça, contudo, vale dizer que nenhum macaco produziu nenhum machado ou lança para caçar, nem o João de Barro construiu sua casa com colher de pedreiro ou martelo.

termo médio exterior do silogismo no qual consiste a realização do fim. Nisto se dá a conhecer a racionalidade como aquela que se conserva *nesse outro exterior* e precisamente *por intermédio* dessa exterioridade. Por isso o *meio* é algo de *superior* aos fins *finitos* da finalidade *externa*; — o *arado* é mais nobre do que as satisfações que ele permite e que constituem os fins. O *instrumento* se conserva, enquanto as satisfações imediatas passam e são esquecidas. Com os seus instrumentos, o homem domina a natureza exterior, ainda que lhe permaneça sujeito para os seus objetivos” (LUKÁCS, 1968: 848-849).

Na produção dos meios o homem obtém o salto qualitativo para desenvolver sua ciência, ou seja, a necessidade de todo desenvolvimento científico é a produção dos meios de produção, pelo qual se dá a evolução da força produtiva. Lukács identifica essa questão:

Na verdade, poder-se-ia objetar que do mesmo modo que a alternativa e a predeterminação se excluem mutuamente, em termos lógicos, a primeira não pode deixar de ter seu fundamento ontológico na liberdade de decisão. E isto, até um certo ponto, mas apenas até um certo ponto, é correto. Para entender bem as coisas, não se pode esquecer que a alternativa, de qualquer lado que seja vista, somente pode ser uma alternativa concreta: a decisão de uma pessoa concreta (ou de um grupo de pessoas) a respeito das condições concretamente melhores para realizar uma finalidade concreta. Isto quer dizer que toda alternativa (e toda cadeia de alternativas) no trabalho nunca pode se referir à realidade em geral, mas é uma escolha concreta entre caminhos cuja meta (em última análise a satisfação da necessidade) foi produzida não pelo sujeito que decide, mas pelo ser social no qual ele vive e opera. O sujeito só pode tomar como objeto de sua finalidade, de sua alternativa, as possibilidades determinadas sobre o terreno e por este complexo de ser que existe independentemente dele (LUKÁCS, 2001: 35).

Nessa relação recíproca, não somente o sujeito indaga o objeto, mas o objeto indaga o sujeito a melhor forma de utilizá-lo, ação recíproca, e extrai dela a melhor forma de manipulá-la. Emerge neste salto, o reflexo da realidade. A categoria do reflexo possibilita ao homem reelaborar todas as mediações possíveis para que tal trabalho objetive o êxito que fora previsto. Desta forma passível de correção, mediante essa categoria do reflexo, o ser social pode criar a valorização, atribuir do objeto se é boa ou se é ruim para determinado fim. A categoria de trabalho pode não parecer à primeira vista, mas está intimamente ligada à categoria liberdade, em decorrência do homem ter a possibilidade de através das forças produtivas diminuir as barreiras naturais, além de organizar mais racionalmente a relação entre os homens. Assim foi lapidarmente exposto por Lukács e emerge dentro da categoria trabalho.

A intensa realização do intercâmbio entre homem e natureza faz com que, num sentido oposto, as mediações tornem-se cada vez mais sociais e, simultaneamente, o homem necessite de menos tempo para sua reprodução. Neste caso, não há uma

anulação das barreiras naturais, mesmo sob o máximo de desenvolvimento das forças produtivas elas retroagem, mas nunca desaparecem¹¹. Contudo, para reprodução do ser social, a divisão do trabalho desloca as barreiras naturais para ponderação mais social. Aqui temos que refutar a teoria de Hobbies, onde, segundo ele, “o homem é o lobo do homem”, visto que o gênero humano domina de forma mais preponderante a natureza, sendo capaz de liberar tempo fora do trabalho e há a possibilidade do domínio dos nexos causais do trabalho, e das relações sociais; desta forma não é o homem que seria o lobo do homem mas, ao contrário, é o homem que engendra a vida do homem, de outra maneira podemos expressar que:

Economia de tempo, no entanto, significa relação de valor. O próprio trabalho simples, voltado apenas para o valor de uso, é uma forma de sujeitar a natureza ao homem, *para* o homem, tanto na medida em que a *transforma* de acordo com as suas próprias necessidades, como na medida em que vai dominando os seus instintos e afetos puramente naturais e, por este meio, começa a formar as suas faculdades *especificamente humanas*. O fato objetivo de que a legalidade econômica tende à economia de tempo, produz diretamente a divisão do trabalho cada vez em nível mais pleno, isto é, dá origem, cada vez, a um ser social com um nível de socialidade sempre mais pura. Deste modo, esse movimento, independente do modo como o interpretam as pessoas que dele participam, é um passo adiante na realização das categorias sociais a partir do seu ser em-si original até um ser-para-si sempre mais ricamente determinado e sempre mais efetivo. Ora, a encarnação adequada deste ser-para-si da socialidade efetivada, que se realizou a si mesma, é o próprio homem. Não o ídolo do homem isolado, em geral, abstrato, que nunca existiu, mas, ao contrário, o homem na sua concreta práxis social, o homem que com suas ações e nas suas ações encarna e torna real a espécie humana. Marx sempre viu com clareza este nexo entre a economia e aquilo que a vida econômica produz no próprio homem (LUKÁCS, 2001: 82).

A categoria força produtiva, que é imanente do processo de trabalho, desemboca em outra categoria que pertence exclusivamente ao ser social: a categoria liberdade. Sob o prisma que assumimos de uma ontologia materialista, ou seja, como o reflexo da realidade, a liberdade somente pode ser compreendida a partir do trabalho, assim exposto por Lukács, que emerge dentro da categoria trabalho. Seria prudente retomar

¹¹ Aqui surge a possibilidade de começar a observar o estado de acidente, o homem ao confrontar a natureza a fim de reproduzir as leis físicas, químicas e biológicas que emergem da natureza coloca-se em necessidade de dominá-la e manipulá-la para seus fins, como esse domínio é sempre aproximativo, ocorre que alguns ambientes dificilmente podem extinguir os meios nocivos para a produção. Por exemplo, numa siderurgia o calor pode ser diminuído, mas até agora não foi inventada outra forma de fundir metais sem a utilização de fornos, isto em larga escala. No caso das indústrias frigoríficas, ou a carne é congelada ou salgada para não apodrecer, mas para melhor aproveitamento da carne, o melhor método é o congelamento e isto faz que com os trabalhadores entrem em câmaras frias. De qualquer modo, pergunta-se: será realmente necessário que os trabalhadores fiquem tanto tempo expostos a condições insalubres de trabalho? Os trabalhadores em frigoríficos atualmente devem cumprir uma jornada muito extensa para um trabalho estafante e insalubre, pois na atual legislação trabalhista a jornada semanal é 44 horas.

algumas categorias que estamos dialogando: 1) a categoria força produtiva, à medida que o homem avança na sociabilidade, ou seja, no domínio mais consciente, ou racional, da natureza e universaliza essa capacidade de transformá-la em objetos úteis ao ser social, este se socializa neste processo e neste sentido podemos perceber a emersão cristalina da categoria liberdade colocada sob seus pés.

Antes de prosseguir neste debate entre trabalho e liberdade, cabe pontuar que essa categoria ontológica foi fonte de debate, sobre o qual já correu, e correm rios de tinta, mas não cabe aqui polemizar diretamente com tais concepções ideopolíticas, visto que não é o cerne deste trabalho. Contudo, por incorporar a perspectiva ontológica da liberdade, refutamos ideologias que emergem de representações abstratas, tanto do reflexo religioso, quanto de formas idealistas ou unilaterais que derivam do idealismo subjetivo de Kant e seus mais fiéis seguidores, por exemplo, o (neo)kantismo expresso em Max Weber ou nas mais variadas representações do positivismo. A concepção que assumimos de liberdade é expressa por Lukács:

Para tentar esclarecer, mesmo com essas necessárias ressalvas, a gênese ontológica *da liberdade a partir do trabalho*, temos que partir do caráter alternativo das posições teleológicas nele existentes. Com efeito, é nessa alternativa que aparece, pela primeira vez, de forma claramente delineada, o fenômeno da liberdade, que é completamente estranho à natureza: no momento em que a consciência decide, em termos alternativos, que finalidade quer estabelecer e de que maneira quer transformar as séries causais correntes em séries causais postas, como meios de sua realização, surge um complexo dinâmico que não encontra paralelo na natureza. Só neste momento, portanto, é que se pode examinar o problema da liberdade em sua gênese ontológica. Numa primeira aproximação, a liberdade é aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele. Isto já distancia a nossa concepção ontológico-genética da concepção idealista. Com efeito, se pretendemos falar da liberdade de uma maneira razoável como momento da realidade, seu fundamento está, em primeiro lugar, numa decisão concreta entre diversas possibilidades concretas; se a questão da escolha é posta num nível mais alto de abstração que a separa inteiramente da concretude, ela perde toda sua relação com a realidade e se torna uma especulação vazia. Em segundo lugar, a liberdade é — em última instância — um querer transformar a realidade (o que, em determinadas circunstâncias, inclui a conservação das coisas como estão), o que significa que a realidade, enquanto objetivo da transformação, não pode deixar de estar presente mesmo na abstração mais ampla (LUKÁCS, 2001: 110).

Ao nos referirmos ao trabalho e à liberdade tomada sob perspectiva ontológica, faz-se necessário adensar mais uma categoria para que fique mais claro como estamos expondo categoricamente as determinações reflexivas entre liberdade e trabalho.

O trabalho ao mudar a natureza e, conseqüentemente, o ser social, busca satisfazer necessidades e carências. Mas antes de concatenar nossas ideias, é preciso expor conceitualmente a diferenciação entre carências e necessidades.

Entendemos carências como algo ainda animalesco que permanecem também no ser social, visto que como ser vivo não supera suas propriedades físicas / biológicas que servem de base para esse outro tipo de ser, portanto referimo-nos a carências, *grosso modo*, como comer, aquecer, procriar etc. Já as necessidades são complexas que passam por uma socialização e fazem parte do gozo ou da precisão para que determinada tarefa se concretize de forma mais eficiente. Para esclarecer nossa posição, daremos um exemplo¹²: a fome que é satisfeita pela carne crua é uma determinação do ser biológico que pertence também ao ser social; mas quando é carne assada, com a churrasqueira, contendo os mais diversos temperos das mais distantes origens e sal a gosto, é necessidade por estar a natureza concatenada ao domínio do gênero humano e a universalização desse conhecimento. As necessidades são cumulativas, portanto, não retroagem, desta forma, para serem atendidas requerem as mais diversas capacidades humanas em produzir valores de uso das mais diversas formas.

Após esse longo parêntese da relação entre carência e necessidade, que no caso do ser social já pressupõe a carência, voltemos ao debate sobre a liberdade tomada em sua relação íntima com o trabalho. O ser social, ao buscar transformar o mundo exterior, busca escolher entre as múltiplas opções para realizar determinado fim, sendo este o centro dessa liberdade. Aqui a teleologia ganha contornos fundamentais para compreender essa categoria. Quando universaliza o conhecimento onde a objetivação do ser social vai sendo posta para atender as necessidades sociais, seja do estômago ou da fantasia, ao ter domínio mais rico desse processo de objetivação, ele se torna mais livre. E o resultado, em tese, de todo trabalho¹³ é o efeito útil e o ser social poder cada vez mais controlar universalmente as cadeias causais postas para cada atividade.

Dito de outra forma: quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais facilmente podem ser transformadas, em cadeias causais postas, tanto mais seguro é o domínio do sujeito sobre elas, ou seja, a liberdade que pode ter (LUKÁCS, 2001: 113).

¹² Fizemos alusão da fome satisfeita com carne em virtude da pesquisa ser nos frigoríficos, portanto a mercadoria que dela emerge é a carne. Entretanto sabemos que Marx utilizou também esse exemplo.

¹³ É importante dizer que todo trabalho é trabalho útil, concreção de objetivação do ser social, caso a objetivação não se realize ela não objetivou da forma correta e o efeito esperado do trabalho desaparece. Aqui permanece a objetivação como *Dynamis*, no sentido aristotélico da palavra, de realização de algo útil ao gozo de quem está buscando o trabalho. Muito argutamente Marx dá um exemplo lapidar: se uma ferrovia não passa nenhum vagão, tão logo, não realiza nenhum efeito útil para quem a construiu. Portanto, trilhos e dormentes tem a *Dynamis* contida em si de ser uma ferrovia, mas na efetividade não o é.

A objetivação, mesmo sob a maior liberdade possível entre escolhas, não tolhe as causalidades naturais que podem ocorrer. Por exemplo, para o agricultor o excesso de chuva em período inoportuno causa estrago em períodos de colheita do algodão. Mas para o mesmo agricultor a causalidade natural de falta de chuva pode ser corrigida pela irrigação. Adensando categoricamente essa relação, isto vale também para as mediações teleológicas de segunda ordem, da relação entre ser social que trabalha, comparecendo ontologicamente essa categoria na relação entre indivíduo e sociedade e entre sociedade e natureza. Basta por ora corroborar com uma afirmação de Lukács de que a liberdade está como modelo da *práxis* social, mesmo sob uma *Dynamis*.

Da concepção de trabalho podemos incorporar a concepção de Marx a qual o homem é um ser objetivo, ou seja, o homem é por excelência um ser capaz de criar num contínuo processo de exteriorizar suas criações. Do mesmo modo, o Homem é capaz de interiorizar os sistemas de exteriorização presentes. Aqui se pode citar *Fausto* de Goethe onde até o mais limitado homem pode desenvolver-se ilimitadamente se tiver acesso ao sistema de subjetivação que se expressa no trabalho, na cultura, na linguagem e em todas as esferas das relações sociais (LUKÁCS, 2012).

Em suma, o homem é um ser prático-objetivo-social. Partindo dessa concepção são expostos alguns elementos para problematizar a categoria do homem como ser objetivo e capaz de subjetivar os sistemas de objetivação anteriores a ele.

Para que os homens se desenvolvam ilimitadamente, ou seja, os homens nas suas particularidades — visto que Goethe e Marx reconheciam que os indivíduos são diferentes e têm potencialidades diferentes. Por exemplo, um homem pode ter habilidades para esculpir em mármore, mas não tem a mesma habilidade para trabalhar com a madeira, o carpinteiro tem habilidade para manipular a madeira transformando em belos objetos, contudo não sabe trabalhar com o mármore, mas apesar de utilizar materiais diferentes isto não tolhe o fato de que ambos são artistas. Mesmo sob essa diversidade o homem pode se desenvolver ilimitadamente se ele acessar os sistemas de objetivações que as gerações anteriores puderam construir e se identificar com algo seu e podendo transcender sua limitação individual no gênero humano (NETTO, 2011: 34-36).

Até aqui expomos a categoria trabalho nas suas determinações mais gerais, ou seja, tais determinações até agora tratadas pertencem a todas as formas de sociedade, contudo, algumas categorias se apresentam na gênese, quando observamos o trabalho como forma originária, mas algumas categorias como liberdade, causalidade e

teleologia estão sendo tratadas como abstração razoável sem uma determinação de um modo de produção específico. Agora será preciso colocar o trabalho dentro de uma determinação histórica, em outras palavras, colocá-lo em um modo de produção específico. Cada modo de produção vai adensando e possibilitando o domínio mais universal da natureza. Ao passo que o ser social domina a natureza, o trabalho vai se enriquecendo de novas determinações que não estavam postas na gênese. Há determinações no atual modo de produção que ocultam as determinações do trabalho, como sociabilidade, como forma originária do ser social entre outras tantas categorias imanentes à categoria trabalho.

Ao deduzir se o trabalho é fonte de humanização e contém em si a possibilidade da liberdade, por que asseverar que o processo de adoecimento é decorrente do trabalho? Pode-se concluir que as afirmações sobre o trabalho são falsas ou que é impossível o ser social que trabalha se adoecer, mas lamentamos dizer que ambas as alternativas são verdadeiras: o trabalho é fonte de humanização e hoje de dilaceramento. Para entender essas categorias, devemos adensar categoricamente e colocar as determinações históricas que delas necessitam.

Quando falamos no trabalho, este objetivar-se-á num modo de produção e dependendo das forças produtivas constituir-se-á de acordo com a divisão social do trabalho e domínio da natureza, na construção de meios de produção. O modo de produção que observamos o trabalho é o modo de produção capitalista, onde o trabalho não é mais fonte de gozo, mas de martírio.

Marx (2011) expôs que o capitalismo é a contradição viva e ao mesmo tempo desenvolveu forças produtivas que, pela primeira vez na humanidade, possibilitou fundar uma sociedade baseada na fartura e não mais na carência. Dentre os marcos civilizatórios da revolução burguesa, acentuou o processo de desantropomorfização da vida humana. O reflexo desantropomorfizador é um processo em que o homem pode explicar o que o objeto é em si, visto que o ser social, quando colide com a natureza na gênese, observa-a de modo contemplativo e, por sua vez, atribui a ela um caráter divino, místico etc., mas o desenvolvimento das forças produtivas acentua o processo do Homem em reconhecer-se como criador da história e senhor da natureza. A partir do reflexo desantropomorfizador há possibilidade da produção racional entre o homem e a natureza, isto incluindo a relação do indivíduo com o gênero humano.

Esta possibilidade emerge das forças produtivas características do mundo burguês, ou seja, o desenvolvimento da indústria. Conforme Marx (2006: 102): “Toda

riqueza se tornou riqueza industrial, riqueza do trabalho, e a *indústria é o trabalho completado*, assim como a essência fabril [é] a essência desenvolvida da indústria, isto é, do trabalho [...]”. A indústria, o intercâmbio produtivo, liberdade de trânsito de pessoas e riqueza material, hoje mercadoria circular, são os pressupostos para a sustentação de uma sociedade baseada na riqueza e não na carência.

Ao falar do atual modo de produção como mediação necessária para o trabalho se objetivar, cabe pontuar que no nosso tempo histórico há mais uma determinação que pertence ao trabalho em decorrência da especificidade do modo de produção que é objetivado, ou seja, o trabalho no capitalismo está envolvido sob os sistemas de alienações/estranhamentos. Destacaremos algumas formas destas alienações/estranhamentos: o conflito entre indivíduo e gênero humano, entre indivíduo egoísta em contraposição a sua coletividade real, o estranhamento com a atividade, o estranhamento com o objeto do seu trabalho. O sistema de alienação/estranhamento que levam a coisificação do homem, só pode ser consolidado através de forças produtivas estranhas.

Enfim, colocaremos em evidência o sistema de alienações/estranhamentos demonstrando o ser-precisamente-assim do trabalho sob o capitalismo e simultaneamente apontaremos os elementos de sua superação até chegar à emancipação humana.

O espaço onde os centros das alienações ocorrem, como demonstrado ao longo da obra de Marx, é no trabalho, esta categoria ontológica que tem uma potência de ser a forma de objetivação privilegiada do ser social que em larga medida condiciona a forma de consciência do homem. Muitos pensadores burgueses buscam a essência do ser social, buscam o desejo, o gozo, o medo da morte etc., mas para Marx se tivéssemos que colocar um carimbo como essência humana esta encontrar-se-ia no trabalho, portanto sua única essência.

Através do trabalho, o ser social pode ter um fértil solo para emergir na sua forma originária e ao longo das diversas sociedades se reproduzir pelo trabalho. No momento histórico onde o trabalho entra em relação com o capital, as objetivações pertencentes ao trabalho que possibilitou a humanização do ser social expressar-se-ão através da propriedade privada, única mediação possível do ser social que trabalha com a natureza. Essa expressão da propriedade privada, segundo Marx, é muito mais que uma

desproporção entre riqueza¹⁴ e pobreza. Isto evidencia que a crítica marxiana não se limita à economia, como ocorre nos socialistas utópicos baseados na crítica entre ricos, ou ainda, capitalistas e pobres ou trabalhadores. O que os homens produzem acaba subjungando não somente o trabalhador, mas toda humanidade: “e isso vale também para os capitalistas — no fato de que, em geral, o poder *não humano domina*” (MARX, 2006: 147, *grifos nossos*). O que o homem faz torna-se mais poderoso que o próprio gênero humano: “a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalhador não produz somente mercadoria; ele produz, a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria [...]” (MARX, 2006: 80). Mas esta inversão de sujeito e objeto da produção da vida humana, onde o produto do trabalho é mais importante que o trabalhador, teria que desenvolver consequências na própria vida deste ser humano, onde ocorre uma série de reações com o ser humano em geral. Para melhor análise basta ver como Marx expõe essa contradição:

Como poderia o Trabalhador defrontar-se alheio ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização¹⁵, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo (MARX, 2006: 82).

O estranhamento/alienação, esta força que domina a produção, não se manifesta apenas no resultado final da produção, como asseverado acima, mas vai interferir não somente no processo de relacionamento com o ser humano e a natureza a qual ele pertence, mas também, durante todo o processo de produção, observa-se a não identificação com o trabalho como atividade criadora, ou seja, o que deveria humanizar o homem é o centro de sua mutilação e todo estranhamento. Por isso, Marx identifica três formas de alienações/estranhamento. A primeira forma de estranhamento é com sua atividade:

¹⁴ É lapidar a teoria marxiana da Lei Geral da Acumulação Capitalista (MARX, 2008), onde Marx assevera que a pobreza não é algo típico da sociedade burguesa como ocorrera em outras sociedades (a carência era em decorrência, sobretudo, da falta de desenvolvimento de forças produtivas e pelo parco excedente econômico criado desta forma e do intercâmbio entre os produtores e a fome era consequência direta de falta de chuva ou seu excesso, de algum terremoto etc.). Na sociedade burguesa não é por falta de excedente que se passa fome ou necessidades sociais, mas, por mais contra-senso que possa parecer, o excedente é um problema na sociedade burguesa.

¹⁵ Na tradução utilizada, exteriorização está como (*Entäußerung*) o que pode ser traduzido como exteriorização ou como alienação, alienação neste sentido como perda de si.

O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer foge-se do trabalho como uma peste (MARX, 2006: 83).

Aqui está posto o estranhamento/alienação no próprio ato de produzir, dentro do trabalho. Ao aproximar a relação entre trabalho estranhado em contraposição à atividade livre, veremos um grande abismo, pois a não identificação de um aparece como fuga do outro. Para Marx, a externalização, a exteriorização é um dos pressupostos ontológicos do ser social, pois para ele a objetivação tem um caráter de vida, pois “o que é a vida senão atividade” (idem). Temos duas consequências do trabalho estranhado: primeiro, o distanciamento do homem, trabalhador, da natureza e os meios de vida; segundo, o trabalhador está estranhado com o objeto da produção, com seu trabalho, portanto, como resultado das duas anteriores, então vive um estranhamento de si. A terceira consequência é o estranhamento do homem com o seu ser genérico. Observemos essa categoria, segundo Marx:

A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais pedras, ar, luz, etc., formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da *ciência natural*, em parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão –, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. *Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira ato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria de sua atividade vital.* A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza.

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha o homem da natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida *genérica* apenas um meio da vida *individual*. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada (MARX, 2002: 84).

Portanto, a vida genérica do homem tem um processo orgânico entre ele e natureza, em outras palavras, o trabalho. Essa categoria ontológica só pode ser reconhecida no momento da relação entre o indivíduo com a sociedade e da sociedade para o indivíduo. Assim sendo, para a teoria marxiana, o trabalho é uma categoria de

suma importância. Cumpre ressaltar mais uma vez que o trabalho é o mais importante dos complexos que constituem o ser social, é a partir de sua concreção da categoria trabalho que podem surgir as outras categorias.

Prosseguindo com a análise do trabalho estranhado, vemos mais dois resultados após a apresentação do ser genérico do homem: em primeiro lugar, o estranhamento do homem com o seu ser genérico, portanto, de toda sua humanidade, reduzindo muitos homens a um simples estômago e uma não identificação com sua atividade vivificadora. Pode-se extrair também que se o homem está estranhado com o seu gênero humano, conclui-se que há alienação/estranhamento do homem em si, com a natureza exterior e com o outro ser humano, assim sendo o estranhamento da atividade do homem demonstra como este ser relaciona-se com seu gênero. Mas uma pergunta paira no ar: o que ou quem poderia forcejar tal situação de submissão do objeto ao sujeito, da mercadoria sobre o trabalhador? Marx assim sintetiza: “[...] apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem” (MARX, 2006: 86).

Portanto, o trabalho estranhado, vida estranhada, é uma relação do trabalhador com o capitalista. Em outras palavras, o resultado prático do estranhamento do trabalho e do estranhamento do ser genérico tem sua raiz comum na propriedade privada.

“A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado [alienado], da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (MARX, 2006: 87).

Na relação do trabalhador com a natureza e simultaneamente com Ser Genérico, na sociedade capitalista, terá como mediação necessária confrontar-se com ser estranho que domina o trabalhador e seu produto do trabalho. Neste instante, a análise marxiana pode evidenciar que o capital é uma relação produzida pelo homem, pela sociedade, por isso, o capital é trabalho estranhado e este só é trabalho enquanto estiver em relação com o capital. Capital e trabalho formam uma unidade de reprodução social. O trabalho reproduz o capital, mas somente pelo capital o trabalho é objetivado nesta forma determinada, ou seja, objetivado de forma alienada/estranhada. O homem somente é um ser quando ele for trabalhador, ou seja, uma mercadoria que tem que ser vendida cotidianamente para não perder seu valor. A desvalorização da mercadoria-trabalhador pode levar esse ser que trabalha ao definhamento, por carência.

Já vimos que o homem é parte da natureza, mas natureza humanizada. Portanto, o ser social, aquele que é indivíduo e gênero humano ao mesmo tempo, relaciona-se com a natureza. Cabe colocar que o homem pode objetivar através dos seus sentidos: os

sentidos naturais, tatear, ver, ouvir etc.; e os sentidos do pensamento como fruir, amar, etc. Portanto, no relacionamento com o objeto, natureza e homem sob a propriedade privada, o estranhamento humano, torna todos os sentidos humanos um único: o sentido do ter. Finalmente a multiplicidade do homem se torna em unilateralidade. O homem rico de sentidos torna-se pobre de sentidos. Da mesma forma o trabalho alienado/estranhado torna-se um único sentido para a classe trabalhadora, uma objetivação para obter algo fora do trabalho, sendo para reprodução como força de trabalho simples ou até mesmo como forma de trabalhador complexo, o que possibilita o trabalhador saciar o consumismo recorrente.

Fazem-se necessários alguns esclarecimentos, antes de prosseguirmos as análises, sobre capital e trabalho para então aprofundar na sua forma fenomênica de saúde do trabalhador e a contradição de desgastar no trabalho.

O ser social em períodos históricos precedentes, ou seja, antes da sociedade burguesa, já sofria com o estranhamento, basta recorrer na história o debate acerca da barreira que era imposto à humanidade pelo parco desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, muitas dessas alienações se apresentam de forma anterior à sociedade burguesa e outras são potencializadas e surgem nesta sociedade. Em suma, o trabalho estranhado é a combinação do trabalho criador de valor de uso, coisas úteis à humanidade, com o valor, ou valor-de-troca, ambos estando em relação com o capital.

É importante destacar que o capital não surgiu no capitalismo, pois ele o antecede e, possivelmente, se superarmos a sociedade burguesa rumo à sociedade de transição do capitalismo para uma sociedade livre do capital talvez ainda existam por algum tempo algumas categorias que fazem parte do complexo do capital, como o Estado ou até mesmo a teoria do valor, até se chegarmos às condições históricas necessárias para a sua dissolução. Segundo Mészáros (2002), o capital é a síntese da contradição entre trabalho estranhado, propriedade privada e Estado. Mesmo que ocorra a supressão de algumas das suas bases, como a propriedade privada, o trabalho estaria em relação com um dos elementos da alienação/estranhamento. Como ocorreu no modelo Soviético onde foi abolida a propriedade privada, mas mantiveram-se o Estado e o trabalho alienado/estranhado, sobretudo em decorrência da falta de democracia proletária que ocorreu em tempos de autocracia Stalinista.

Assim o trabalho alienado/estranhado é em síntese na nossa sociedade o trabalho assalariado, que é a expressão do trabalhador como mercadoria, pois neste processo o

trabalhador tem que vender sua força de trabalho para não morrer de fome. O trabalhador assalariado torna-se uma mercadoria. Segundo Marx:

Se o trabalho é, portanto, uma mercadoria, é então uma mercadoria com as mais infelizes propriedades. Mas, mesmo segundo princípios da economia nacional¹⁶, o trabalho não é mercadoria porque não é o livre resultado do mercado livre. O regime econômico atual “baixa ao mesmo tempo o preço e a remuneração do trabalho (verificar); ele aperfeiçoa o trabalhador e degrada o homem” (MARX, 2002: 37).

Poderíamos acrescentar que o capital é “portanto, o poder de governo sobre o trabalho e os seus produtos. O capitalista possui esse poder, não graças a suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é proprietário do capital” (MARX, 2002: 40). O teórico alemão acrescenta que o “capitalista exerce o seu poder de governo sobre o trabalho através do capital, mas, depois o poder de governo do capital sobre o próprio capitalista” (idem). As críticas ao processo da criação do trabalho assalariado que o trabalhador troca sua humanidade e no caso de muitos trabalhadores até a saúde, como demonstrado acima, não é apreendido apenas pelos críticos da sociedade burguesa, mas também pelos próprios pensadores clássicos burgueses, observando as conclusões de Smith:

As mais importantes operações do trabalho são reguladas e dirigidas segundo os planos e as especulações daqueles que aplicam os capitais; e o objetivo que eles pressupõem em todos estes planos e operações é o lucro. [...] O interesse desta classe não tem, portanto, como as outras duas, a mesma ligação com o interesse geral da sociedade. (SMITH *apud* MARX, 2002: 46-47).

Até agora perpassamos por um caminho onde foi necessário demonstrar primeiro o processo de adoecimento da classe trabalhadora nos frigoríficos de Barretos. A seguir demonstramos também que ocorrem denúncias de más condições de trabalho em frigoríficos de industrialização e de abate de bovinos, com isto evidencia-se que o processo de trabalho é análogo em todas as unidades fabris. Posteriormente demonstramos que esta tendência de adoecimento é típica da forma de produção dos frigoríficos independente que sua produção seja de bovinos, suínos ou aves.

O processo de adoecimento não é um acaso que ocorre nos frigoríficos, ocorre em larga medida em todos os quadrantes do mundo, com dados que podem ser comparados como uma guerra em curso, com milhares de mortos e milhões de aleijados, acidentados e adoecidos pelo trabalho alienado/estranhado. Ao passo que o mundo do trabalho ganha, cada vez mais, incremento de novas tecnologias como robótica, nanotecnologia, informática, etc., as doenças do trabalho não retroagem.

¹⁶ Economia nacional é para Marx economia política.

Seria necessário demonstrar que as doenças do trabalho tornam-se uma contradição no modo de produção capitalista. Para tanto, lançamos a necessidade de uma pesquisa genética para demonstrar o salto nas mortes, invalidez do trabalhador no período de surgimento da sociedade burguesa. Para finalizar, demonstramos como o trabalho foi a categoria que na gênese do ser social, possibilitou a formação desse ser no atual modo de produção e tornou-se um processo de dilaceramento em grande números de trabalhadores e trabalhadoras. A relação do trabalho alienado/estranhado é a relação do trabalho com a propriedade privada moderna, que se veste na forma desenvolvida do capital. Agora vamos debater quais são os processos sociais que possibilitam a riqueza material de um lado e o adoecimento de outro.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ANTUNES, Ricardo. (1997). *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez : Ed. Unicamp.

ANTUNES, Ricardo. (2006). *Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2012). “Uma Breve Radiografia das lutas sindicais no Brasil: recente e alguns de seus principais desafios”. In *Sindicalismo e Ética: (re)ação, sanidade e trabalho*. Belo Horizonte: Crisálida.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, György. (1969). *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Terra e Paz.

_____. (2012). *Para uma ontologia do Ser Social*. Vol.1. São Paulo: Boitempo.

_____. *O Trabalho*. Tradução Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), (2001) a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Disponível em: <http://sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html>. Acessado em 20 de junho de 2012.

_____. (1967). *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Senzala.

_____. A Alienação . In: *Ontologia do Ser Social*. Tradução do Prof Sergio Lessa (Universidade Federal de Alagoas), a partir do texto *L'estraniamento, Ontologia Dell'Essere Sociale*, II**, IV, a cura de Alberto Scarponi, Roma:Riuniti, 1976- 1981. Disponível em: <http://sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html>. Acessado em 16 de março de 2013.

MARX, Karl. (1998). *O capital*. v. 3. t. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2005). *O capital: crítica da economia política: o processo de circulação do Capital*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2008). *O capital: crítica da economia política*. L. 1. v. 1. t. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2011). *O capital: crítica da economia política*. L. 1. v. 1. t. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2006). *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

_____. “Para a questão judaica”. Disponível em:
<http://www.marxismo/karlmarx/pdf/08>. Acessado em 2 de abril de 2009.

_____. (1987). *A Sagrada Família: ou Crítica da Crítica Crítica Contra Bruno Bauer e Seus Seguidores*. São Paulo: Editora Moraes.

_____. (2008a). *Trabalho Assalariado e Capital & Salário Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular.

_____. (1989). *A Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon*. Trad. José Paulo Netto. 2.ed. São Paulo-SP: Global Editora.

_____. (2001). *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo São Paulo.

_____. (2001). *Crítica à filosofia do Direito de Hegel: Introdução*. São Paulo: Boitempo São Paulo.

MARX & ENGELS. (2007). *A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2002). *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM.

MÉSZÁROS, István. (2002). *Para além do capital: uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2009). *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo.

MINAYO, C.Gomez & BRANT, L. Carlos. (2009). “Adoecimento na Gestão do Trabalho”. In: *Saúde Soc*. São Paulo, v.18, n.2, p.237-247.